Comissão nacionaliza distribuição de combustível

BRASÍLIA — Há 30 anos Shell, Esso, Texaco e Atlantic eram os alvos preferidos das campanhas nacionalistas. Ontem as quatro companhias estrangeiras, que dividem o mercado de distribuição de petróleo com a Petrobrás e a Ipiranga — uma empresa gaúcha —, começaram a viver a perspectiva de terem de deixar o país.

Para isso bastou que a Comissão de Sistematização da Constituinte aprovasse, com a ajuda de um voto equivocado do presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), senador Albano Franco (PMDB-SE), uma emenda de cinco linhas ao artigo 199 — do monopólio do petróleo — tornando exclusiva do capital nacional a distribuição de derivados.

A proposta, de autoria do deputado baiano Fernando Santana, do PCB, passou por 50 votos a 41, registrando-se duas abstenções. O texto comporá o projeto da Constituição como quinto parágrafo do artigo 199, incluindo como monopólio da União "a distribuição dos derivados de petróleo e dos gases de qualquer origem, facultada a delegação do desempenho a empresas privadas constituídas com sede no país e maioria de capital nacional, por pazo determinado, no interesse nacional e só transferível mediante prévia anuência do poder concedente".

Monopólio — Prevalecendo esse texto na futura Constituição, as companhias estrangeiras só poderão continuar operando no Brasil caso vendam seu controle acionário para um investidor residente no país e obtenham concessão do CNP (Conselho Nacional do Petróleo).

"Derrubamos hoje uma cláusula que o governo brasileiro foi obrigado a negociar com as grandes produtoras de petróleo, quando quis, em 1954, criar o monopólio do produto", festejou Santana, quando o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) deu à emenda o voto de número 47, que garantiu a aprovação. Santana não tem documentos que comprovem a pressão das companhias estrangeiras, mas supõe que deve ter ocorrido argumentando que a distribuição é "uma mina de ouro".

Com base em dados do CNP, Santana informou que as distribuidoras ganham Cz$ 1,34 em cada litro de gasolina vendido e Cz$ 1,06 em cada litro de álcool. "Isso dá um lucro médio de Cz$ 13 bilhões 200 milhões ao ano para o setor, que investe apenas em secretárias e aparelhos telefônicos, necessarios à operação de contatos para compra, venda e tansporte", afirmou o parlamentar do PCB.

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) advertiu os constituintes que eles estavam aprovando "o monopólio do Estado sobre a distribuição, já que cabe a ele (o Estado) a faculdade de autorizar o funcionamento destas empresas".

Albano diz sim sem saber a quê

Senador por Sergipe desde 1983 e há cinco anos presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), o empresário Albano Franco não é aprendiz na política. Mas pensaria assim quem o visse no plenário da Comissão de Sistematização, de rosto lívido e ombros baixos, ouvindo a repreensão que, de dedo em riste, lhe passava o deputado e ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Após votar distraidamente a favor da emenda que exclui as companhias estrangeiras da distribuição de derivados, Albano não teve tempo para compreender por que estava sendo aplaudido de pé pelos constituintes dos partidos de esquerda. Irado e incontido na fala, nos gestos e na mania raivosa de balançar as fraldas do terno, Dornelles avançou em sua direção e vociferou: "Como você vota uma coisa destas sem saber?"

Atrapalhando — "Você ficou ausente até ontem e chega sem saber e dá seu voto. Você viu o que você fez?", continuou Dornelles, em tom de voz que chamava a atenção de todo o plenário. Albano saiu cabisbaixo, enquanto às suas costas Dornelles anunciava a quem quisesse ouvir: "Vou ligar para lá (para a CNI) e pedir para mandar o Albano embora daqui. Ele só vem aqui para atrapalhar."

Primeiro suplente do PMDB na Comissão de Sistematização, Albano Franco, chegou ao plenário um minuto antes de ser chamado a votar pela Mesa. Disse "sim" à emenda, que àquela altura havia recebido 32 votos favoráveis e precisava de mais 15 para ser aprovada.

Surpresa — A emenda do deputado Fernando Santana foi selecionada pelo PCB na noite de segunda-feira como um dos dois destaques preferenciais a que o partido teria direito. Iniciada a votação do capítulo dos Princípios Gerais da Ordem Econômica, tudo vinha ocorrendo sem grandes surpresas. Como, além disso, havia um acordo do grupo liberal com o senador Severo Gomes (PMDB-SP) — representante dos nacionalistas — para que se mantivesse inalterado o artigo referente ao monopólio do petróleo, o deputado Francisco Dornelles — representante dos interesses da livre iniciativa na Comissão de Sistmatização — não temia a aprovação da emenda de Santana.

A confiança era tanta que nenhum constituinte quis contraditar a argumentação de Santana, minutos antes da votação. A bancada da esqquerda, no entanto, havia feito as contas dos votos presentes em plenário e no início da votação começou a acreditar no sucesso. O grande trunfo seriam, segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), os suplentes do PMDB. Eles somavam 17 votos, dos quais apenas o do deputado Délio Braz era considerado duvidoso.

Ninguém contava até então com a presença de Albano Franco no plenário. Quando ele chegou, Genoíno achou que havia perdido um voto. Mas o senador surpreendeu.

"Não liga não, Dornelles. O que o Albano fêz foi trazer a Shell a Esso, a Texaco e a Atlantic para uma composição com a UBE (União Brasileira de Empresários)", brincou Genoíno depois da votação.

Brasília — José Varella

Albano(E) votou sem saber o quê e ganhou uma repreensão irritada de Dornelles (D)

Transporte de granéis terá equilíbrio

O líder do PTB, deputado Gastoni Righi, acusou a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce de serem uma "verdadeira máfia de afretamento de navios estrangeiros graneleiros", e com isso conseguiu aprovar duas emendas suas que retiraram dois parágrafos do substitutivo do relator Bernardo Cabral no artigo referente à ordenação de transportes marítimos. Righi disse que agora "está garantida a reserva de mercado para as embarcações brasileiras."

Ao pedir a supressão dos parágrafos, Righi argumentou que o próprio artigo não impede o afretamento de navios, mas garante a reserva de mercado para os de bandeira brasileira e incentiva a compra de novos navios aumentando a frota. A parte que Righi derrubou dizia que o transporte de granéis não seria submetido ao equilíbrio entre armadores nacionais e estrangeiros, e que o direito de bandeira seria concedido mediante lei ordinária.

Equilíbrio — O que mais atrasou a votação matutina da Comissão de Sistematização foi a falta de entendimento para a aprovação de uma emenda do senador José Richa, que queria liberar o afretamento de navios estrangeiros por parte do Brasil. O projeto de Bernardo Cabral deixa para a lei ordinária a ordenação do equilíbrio entre armadores nacionais e navios de bandeira estrangeira.

Segundo Richa, o Brasil não tem navios suficientes para atender às suas necessidades de exportação, hoje em torno de 25 bilhões de dólares. Portanto, sustentou ele, a Constituição não pode proibir o afretamento, porque isso diminui a capacidade de competição no mercado internacional.

No meio de intensa discussão, o deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA) disse que a matéria estava "eivada de suspeição, não devendo ser submetida a votação". A falta de esclarecimento fez com que 39 constituintes ficassem contra e 39 a favor da emenda, enquanto 16 se abstiveram de votar.

Outra proposta que gerou intermináveis debates foi a do deputado Euclides Scalco, que queria criar um fundo especial para subsidiar a diferença entre o custo do transporte e o valor da tarifa paga pelo usuário. Afinal, por 55 votos a 34, a Sistematização decidiu que o transporte coletivo urbano é um serviço público essencial, de responsabilidade do estado, podendo ser operado subsidiariamente através de concessão ou permissão. Caiu a idéia de se criar um fundo para subsidiar o transporte.

Decisão prejudica Petrobrás

Teresa Cristina Lobo

Nem a Petrobras, que responde pelo monopólio estatal do petróleo, aprova a nacionalização da distribuição dos derivados. Tal decisão, se ratificada pelo plenário da Constituinte, além de ser totalmente desnecessária para a garantia do abastecimento, ainda trará uma série de inconveniências para a estatal, que perderia a contrapartida no mercado internacional, afirmou o diretor industrial da Petrobrás, Armando Guedes Coelho, também presidente da Petrobrás Distribuidora.

A Petrobrás sempre foi contrária à nacionalização da distribuição, informou, observando que o relacionamento com as empresas estrangeiras sempre foi positivo e amigável. Na sua opinião, o Brasil não pode tomar uma atitude de isolamento em relação ao comércio internacional e qualquer fechamento neste sentido poderia afetar a contrapartida.

Ele argumenta que a competição do mercado é salutar e que a Petrobrás Distribuidora é capaz de competir. Observou que as empresas estrangeiras têm realizado um trabalho positivo no país, citando especificamente a Shell, que também atua na petroquímica e no setor de alumínio.

O presidente da Federação dos Sindicatos do Comércio Varejista de Combustíveis, Gil Siuffo, manifestou-se violentamente contra a emenda, atribuindo sua aprovação à desinformação dos constituintes, que talvez pensem que os postos de serviços são propriedade das empresas estrangeiras. Dos 20 mil postos do país, apenas 8% são das distribuidoras, que arrendam aos revendedores.

Na sua opinião, a nacionalização da distribuição seria equivalente à compra da Light, pois o país teria de indenizar as empresas estrangeiras, gastando mais de US$ 2 bilhões. Mesmo porque, disse ele, a Atlantic está sendo negociada por US$ 240 milhões, enquanto a ESSo vem reduzindo sua participação no mercado. A medida seria um desastre político e econômico. Siuffo lembrou que em uma das crises no mercado internacional de petróleo a Texaco vendeu petróleo extra ao Brasil.

Com 12 empresas no Brasil, onde se instalou há 74 anos, detém 18,1% do mercado de distribuição de derivados, um investimento superior a US$ 1 bilhão, a Shell afirma em nota oficial que acreditou no princípio de economia de mercado e na década de 80 investiu no país mais de US$ 600 milhões quando poderia ter remetido para o exterior mais de US$ 300 milhões. De acordo com a nota, a empresa fará tudo que estiver ao seu alcance para esclarecer a opinião pública sobre a necessidade desta posição dos constituintes ser revista. A Esso, com 14,21% do mercado e há 75 anos no país, também espera uma revisão.

Para o vice-presidente da Atlantic, Ary Macedo, a emenda vai afugentar qualquer investimento estrangeiro no país, em um momento em que até a China está procurando atrair capital estrangeiro. Neste momento, disse ele, tal proposta é totalmente inoportuna e abre espaço para a rejeição de qualquer outro tipo de capital estrangeiro.

Confusão na grande área do mandato

Nas últimas 48 horas embolou o jogo na Comissão de Sistematização em torno da votação do artigo do projeto de Constituição que define o mandato do presidente Sarney. "Agora, não dá mais para prever coisa alguma", disse ontem à tarde o deputado Antônio Brito (PMDB-RGS). O deputado Bernardo Cabral voou de Brasília, à tarde, para uma reunião com advogados em São Paulo sem saber o que poderá encontrar na volta, marcada para hoje: "Como são muitas as combinações entre mandato de Sarney e sistema de governo, pode dar qualquer uma".

Às 10h de ontem, no plenário da Câmara Federal, onde se reúne a Comissão de Sistematização, os parlamentaristas Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) e José Richa (PMDB-PR) trocavam informações sobre uma possível reversão do crescimento do bloco dos favoráveis aos quatro anos de mandato para o atual presidente da República. Três horas depois, Ferreira Lima comemorava ao lado do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), a certeza de que o bloco dos quatro anos desfilará, vitorioso, no próximo final de semana, quando a comissão votar o mandato de Sarney.

Ele, na verdade, não diminuiu e não tornou a crescer entre as 10h e às 13h — o que sofreu alteração nesse período, e certamente continuará sofrendo até a hora da decisão, foi o estado de ânimo dos adeptos da adoção do parlamentarismo. Temem que a definição por quatro anos de mandato para o atual presidente resulte na manutenção do presidencialismo como sistema de governo. A Comissão de Sistematização aprovou o parlamentarismo quando votou, há 10 dias, o capítulo do projeto que trata do funcionamento do governo.

No sábado e no domingo, na votação das "Disposições Transitórias" do projeto, a comissão aprovará a data de implantação do parlamentarismo — se imediatamente após a promulgação da nova Constituição, se em 1989 ou no ano seguinte — e decidirá o tamanho do mandato do presidente Sarney. Mais tarde, quando o plenário da Constituinte se reunir para votar o projeto, só 280 votos — metade mais um do total — poderão mudar qualquer decisão tomada pela Comissão de Sistematização. Poucas questões reunirão tal maioria.

Os parlamentaristas têm razão para temer a sorte do que defendem se a comissão optar por dar quatro anos para Sarney. Nessa hipótese, os possíveis candidatos à sucessão presidencial, que até agora permanecem discretos, irão à luta para que o plenário da Constituinte derrote o parlamentarismo. Esses possíveis candidatos, todos eles — de Leonel Brizola a Luiz Inácio da Silva, passando por Orestes Quércia, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves — querem a manutenção do presidencialismo como sistema de governo.

— Essa é uma realidade que nós, parlamentaristas, não podemos ignorar - justifica o deputado Alceni Guerra (PFL-PR). Até o meio-dia de ontem, os parlamentaristas ainda admitiam aprovar cinco anos para Sarney como forma de não correr risco de uma derrota na votação do projeto no plenário. A tarde, evoluíam para uma outra alternativa: quatro anos para o presidente com o parlamentarismo já — quer dizer, logo após a promulgação da Constituição.

— A alternativa preserva nossa capacidade de negociar, depois, na votação no plenário, a extensão do mandato de Sarney. Ali, poderemos trocar a imediata adoção do parlamentarismo pelos cinco anos de mandato. Isso seria bom para dar tempo à consolidação do próprio parlamentarismo — argumenta o deputado Ferreira Lima.

— O governo Sarney acabou, evaporou, e é isso que está produzindo essa tremenda confusão na Constituinte e na sociedade — opina o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), o principal líder do movimento de direita e do centro que quer alterar o regimento interno da Assembléia.

O jogo também embolou pela posição inflexível, até aqui, do presidente da República. Embora saiba que o parlamentarismo tem folgada maioria dentro da Constituinte, ele continua se recusando a negociar sua adoção — seja para durante ou para depois do encerramento do seu governo. Sarney sabe que a Constituinte caminha para conferir-lhe quatro anos ou menos de mandato — mas ainda não mexeu um dedo para evitar que isso aconteça. Mantém-se irredutível na defesa dos cinco anos com presidencialismo.

Não convocou, até ontem, um só integrante da Comissão de Sistematização para pedir que vote o que ele, Sarney, quer. Só aborda o assunto quando o deputado ou senador que o visita tem a iniciativa de referi-lo. Alega que os políticos e a nação conhecem seu pensamento a respeito e que não pode, como presidente da República, ocupar-se com aliciamento de votos. Quem tem se ocupado com isso, mesmo assim de maneira limitada, é o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara. O ministro Prisco Viana, do Desenvolvimento Urbano, é o único que cabala votos para as teses de Sarney.

De claramente perceptível, a essa altura, no âmbito da Comissão de Sistematização, o que existe é a vontade majoritária de acabar, na prática, com o governo Sarney de alguma forma: ou com a adoção imediata do parlamentarismo ou com a antecipação da escolha do futuro presidente para 1988 — justamente na direção proposta pelos governadores que se encontraram no Rio de Janeiro. Como isso ocorrerá, só os próximos dias dirão

Ricardo Noblat

Albano Franco

Empresário que apóia trabalhador

Proprietária de duas empresas têxteis, usinas de açúcar, fazendas de cultura de gado, jornais e da representação da Coca-Cola para Recife, a família do senador Albano Franco — filho do empresário e ex-deputado Augusto Franco — reúne a maior fortuna e o maior patrimônio político de Sergipe.

O setor têxtil do Nordeste não é uma força econômica expressiva no sistema industrial do país. No entanto, Albano Franco acabou eleito para a presidência da Confederação Nacional da Indústria — CNI — para uma gestão de ideário nacionalista. Por causa desta posição, nem sempre o senador anda de braços dados com outros líderes empresariais do país.

Outras divergências ficam às vezes também evidentes quando Franco tenta se compor com lideranças empresariais paulistas para defender interesses do setor na Constituinte. Foi assim na votação dos direitos dos trabalhadores. O senador acreditou que podia bancar a proposta da indenização progressiva para a demissão imotivada. O presidente da Fiesp, Mário Amato, o aconselhou a negociar com o presidente da CUT — Jair Meneghelli. Franco resistiu e perdeu no voto. O senador também contrariou Amato ao unir seu voto ao dos trabalhadores para aprovar a semana de 44 horas de trabalho.

Presidente da OAB convoca entidades

A Constituinte corre perigo de vida — alerta o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, que acusa a União Democrática Ruralista (UDR) e a União Brasileira de Empresários (UBE) de articularem a desestabilização da Constituinte "até pela via do ridículo".

Sob o argumento de que qualquer tentativa nesse sentido "é crime contra o Estado democrático", o presidente da OAB apelou a todas as entidades civis e sindicais — entre elas ABI, CUT e CGT — para desencadearem em conjunto com a OAB um movimento pró-garantia da Constituinte. A UDR e a UBE, acusa o criminalista, fazem "um discurso de nuances golpistas" e, se vencerem, a nova Constituição será conservadora e colocará o Brasil em "risco de desintegração e sujeito a golpe de direita".

Tal campanha de "desmoralização da Constituinte", alerta, "é um erro brutal e um crime contra a possibilidade de sairmos da transição na direção do regime democrático. Por isso, considero que é um dever da sociedade civil se movimentar e não admitir qualquer tipo de jogo para mudar as regras".

A derrota de propostas de qualquer tipo, seja da direita ou da esquerda, não justifica qualquer articulação para denegrir o processo constituinte, afirmou. É a partir deste raciocínio que a OAB, derrotada na sua proposta de criação do Tribunal Constitucional, pretende se mobilizar para reapresentar emenda neste sentido durante as votações do plenário.

Francisco Dornelles

Desde cedo, cercado de políticos

Aparentemente tranquilo, o deputado Francisco Dornelles, de 52 anos, surpreende com reações temperamentais, como a de ontem, frente ao senador Albano Franco. Nenhum sobressalto mais expressivo marca porém sua biografia, iniciada a 7 de janeiro de 1935. Nasceu em São João Del Rei (MG), filho do oficial do exército Mozart Dornelles — primo do então presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas — e de D. Mariana Neves Dornelles, irmã de um político que começava carreira na Câmara Municipal da cidade, Tancredo Neves.

Formado advogado em 1960, Dornelles especializou-se em contabilidade e direito público. Em 1975 tornou-se procurador-geral da Fazenda nacional e, quatro anos depois, assumiu a Secretaria da Receita Federal, onde ficou durante todo o governo Figueiredo. Tancredo Neves, logo após eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, escolheu o sobrinho para ocupar o Ministério da Fazenda, onde ele se manteria até o sexto mês do governo Sarney.

Terra ganha emenda da CUT

Depois de conseguir a derrota dos conservadores (por 58 votos contra 34), que defendiam emenda da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) referente à definição do direito de propriedade do imóvel rural, a liderença do PMDB possibilitou, graças a um grande acordo, a aprovação (por 85 a oito) de emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que modifica o texto do relator Bernardo Cabral sobre o assunto, de acordo com duas emendas populares, patrocinadas pela Contag e pela CUT.

A emenda de Hage diz: "Ao direito de propriedade corresponde uma função social e a função social se executa pelo aproveitamento racional da terra, a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, a justa observância das relações de trabalho e a promoção do bem-estar." A direita havia feito um acordo sobre a emendas que votaria para modificar o texto de Cabral, e a primeira era a de Sandra Cavalcanti, que dizia: "É garantido o direito de propriedade do imóvel rural." Parágrafo 1º — "O uso do imóvel é condicionado ao cumprimento de sua função social, nos termos do paragrafo 35 do artigo 6º".

A principal argumentação do deputado Afif Domingos (PL-SP) e de Sandra foi que "função social é relacionada ao uso e não ao direito de propriedade". A deputada disse que ninguem poderia "dormir tranquilo com a definição do texto, principalmente se mantida a imissão na posse como está prevista no substitutivo".